



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO HUMANIDADES OSMAR DE ARQUINO
CURSO DE HISTÓRIA**

LEVY DOS SANTOS SILVA

**ORGANIZAÇÃO POPULAR NO ASSENTAMENTO REDENÇÃO: UM PROCESSO
DE SOBREVIVÊNCIA, LUTA E RESISTÊNCIA.**

**GUARABIRA-PB
2017**

LEVY DOS SANTOS SILVA

**ORGANIZAÇÃO POPULAR NO ASSENTAMENTO REDENÇÃO: UM PROCESSO
DE SOBREVIVÊNCIA, LUTA E RESISTÊNCIA.**

Artigo apresentado ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: História, memória e cotidiano.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

**GUARABIRA-PB
2017**

S586o Silva, Levy dos Santos
Organização popular no assentamento redenção [manuscrito] :
um processo de sobrevivência, luta e resistência / Levy dos Santos
Silva. - 2017.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Francisco Fagundes de Paiva Neto,
Departamento de História".

1. Direito a Terra. 2. Organização Popular. 3. identidade
Social. I. Título.

21. ed. CDD 333.31

LEVY DOS SANTOS SILVA

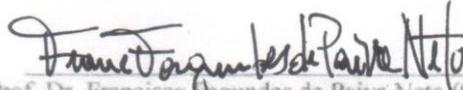
ORGANIZAÇÃO POPULAR NO ASSENTAMENTO REDENÇÃO: UM PROCESSO
DE SOBREVIVÊNCIA, LUTA E RESISTÊNCIA.

Artigo apresentado ao Curso de História
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciado em História.

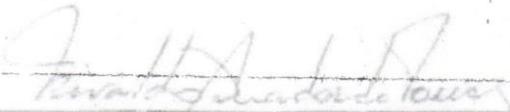
Área de concentração: História, memória
e cotidiano.

Aprovada em: 06 04 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Francisco Agundes de Paiva Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Rivaldo Amador de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, meu irmão, familiares e amigos, pela dedicação, companheirismo, amizade, luta e inspiração, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela sustentação necessária para encarar de frente as barreiras existentes durante todo esse processo de graduação.

Ao meu pai José Gomes da Silva (Vando), a minha mãe Maria Ozete dos Santos Silva (Nina), estes que fazem parte da história de luta no Assentamento Redenção e que, mesmo frente a todas as dificuldades, sempre estiveram me apoiando e depositando uma dedicação desde o início de minha formação, além dos diversos momentos de conversa sobre todas suas histórias de vida.

Ao meu irmão Severino Cezar dos Santos Silva, pelo companheirismo e ensinamentos nos momentos de mais dificuldades.

Ao Professor Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, pelas muitas vezes que me fez despertar um olhar diferenciado para este trabalho, por cada momento de diálogo em que pude sair cada vez mais empolgado para a produção deste material, enfim, por tudo que foi sugerido ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História da UEPB, que contribuíram ao longo desses cinco anos, por meio das disciplinas e debates, e, em especial, aos que hoje formam minha banca de defesa.

Ao Sr. Jorge Souza, pela entrevista concedida e a toda as histórias repassadas pelas quais luto que nunca sejam esquecidas.

Aos colegas de História, turma 2012.1, noite, pelos momentos de amizade e apoio.

Aos amigos e amigas que me incentivaram e apoiaram em toda essa trajetória, em especial ao meu grande irmão Joel Cirilo de Souza por toda a caminhada desde início de minha vida estudantil até hoje enquanto formandos do Curso de História.

“Agradeço por ter minha casinha, ter onde plantar de onde retiramos nosso sustento, por ter tido oportunidade de ver meus filhos estudando, o que antes nem um de nós tivemos, enfim por tudo.” (Dona Nina, assentada da reforma agrária no Assentamento Redenção de Pilões-PB)

SUMÁRIO

	Resumo	09
	Introdução.....	09
1.	A questão agrária: fatos importantes na historiografia brasileira.....	10
2.	Os movimentos sociais como agentes essenciais no fortalecimento da organização popular.....	15
3	Da Usina Santa Maria ao Assentamento Redenção.....	17
3.1	<i>Os processos de sobrevivência: as relações de trabalho durante a Usina Santa Maria.....</i>	20
4.	A resistência: a luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria.....	22
5.	Considerações Finais	26
6.	Abstract.....	28
	FONTES.....	28
	FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	28
	FONTES ORAIS.....	30

ORGANIZAÇÃO POPULAR NO ASSENTAMENTO REDENÇÃO: UM PROCESSO DE SOBREVIVÊNCIA, LUTA E RESISTÊNCIA.

Levy dos Santos Silva¹

Resumo

Neste artigo, proponho uma reflexão sobre os processos de organização popular no Assentamento Redenção do município de Pilões-PB, como uma reação coletiva dos trabalhadores às relações de trabalho existentes e como isso interferia nos processos de sobrevivência desses moradores. Esse material é resultado de um levantamento bibliográfico de alguns autores/pesquisadores que trazem uma grande análise dos processos de reforma agrária na Paraíba e, em especial, na região do Brejo. Agregada a estas pesquisas estão os relatos orais dos moradores da própria área de Assentamento, estes que tiveram grandes experiências enquanto trabalhadores assalariados da antiga Usina Santa Maria. Desta forma, foi formada uma sequência temática de quatro seções, que irão tratar da luta e servirão para entendermos sua importância neste processo, sendo assim: a primeira seção, que tem como título: A questão agrária: fatos importantes na historiografia brasileira; a segunda seção: Os movimentos sociais como agentes essenciais no fortalecimento da organização popular; a terceira seção: Da Usina Santa Maria ao Assentamento Redenção e a quarta seção: A resistência: a luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria. É de grande importância que exista o entendimento destas experiências de sobrevivência, resistência e luta no Assentamento Redenção, que carrega várias peculiaridades que lhe dão ainda mais valor. Dentre elas, podemos destacar que foram situações geradas pelos próprios trabalhadores e dos movimentos sociais, dentro de suas inquietações para a garantia da terra, fator essencial motivador para todo o processo de resistência. Sendo assim, entender esses processos nos fará perceber, que no Assentamento Redenção está guardada uma história de luta que difere de tantas outras, pelo fato de ser uma organização dos moradores para os moradores.

Palavras-chave: direito a terra; moradores; sobrevivência; organização popular; resistência; luta; identidade social; conquista.

Introdução

O Assentamento Redenção está localizado a mais de 120 km da capital do estado da Paraíba, situado nos municípios de Pilões e Areia. Mais de 94 famílias são residentes dessas terras como assentados da reforma agrária desde 1997, nas terras da antiga Usina Santa Maria², falida desde 1991.

Hoje as famílias vivem, principalmente, da agricultura de subsistência e em sua maioria do plantio da banana. A sobrevivência nessas terras que hoje, para muitos é de tranquilidade, antes era rodeada de desafios para manter o “pão sobre a mesa”.

¹ Estudante do Curso de Licenciatura Plena em História pela UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Centro de Humanidades Osmar de Aquino.

² A Usina Santa Maria tem registro de produção desde antes da segunda metade do século XX e tinha como mão de obra mais de 6.000 trabalhadores, que trabalhavam no cultivo e colheita da cana-de-açúcar.

Até conseguirem ter as terras que hoje produzem e se mantêm, os moradores deste Assentamento foram protagonistas de uma história de luta e resistência, que inicia desde suas condições como trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar e culmina na luta pelas terras, em que se mantiveram moradores em garantia das dívidas da Usina Santa Maria após sua falência.

Mas muito precisa ser analisado até que entendamos como de fato aconteceu esse processo de luta pelo direito da permanência nestas terras que hoje pertence a esse Assentamento. Entender, principalmente, qual a peculiaridade na organização popular, que teve como maior intuito a garantia do conforto necessário àqueles que sempre estiveram na condição de oprimidos.

Na verdade, compreender que essa foi uma construção de dentro para fora, isto é, uma luta dos próprios trabalhadores, é de grande importância para que possamos perceber o teor destes fatos para a construção das identidades sociais dessas personagens. De tal forma, o trabalho se dará através de quatro capítulos temáticos: no primeiro capítulo: *A questão agrária: debates na historiografia brasileira*, propõe o entendimento da terra como valor indispensável, desde a colonização até a contemporaneidade com as medidas de reforma agrária, em especial no Assentamento Redenção; no segundo: *Os movimentos sociais como agentes essenciais no fortalecimento da organização popular*, serão tratadas as intervenções desses agentes no processo de luta. No terceiro, *Da Usina Santa Maria ao Assentamento Redenção*, serão compreendidas as relações de trabalho existentes a partir de uma visão dos antigos trabalhadores da usina em questão; e os modos de sobrevivência antes e depois da falência da Usina; e por fim o processo de luta desses trabalhadores para a garantia de seus direitos, no capítulo quatro, *A resistência: a luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria*.

1. A questão agrária: fatos importantes na historiografia brasileira

As pesquisas em que o tema agrário e a exploração de grandes áreas como um número expressivo de trabalhadores abordam um espectro que vem desde 1530, isto é, desde a criação das capitânicas hereditárias, além do sistema de *sesmarias*³. Delimitaremos

³ As *sesmarias* grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção

a nossa pesquisa ao período 1952 com o surgimento de alguns engenhos na região, até os anos de 1990 quando há a falência da Usina Santa Maria e posteriormente a desapropriação das terras. No entanto, faremos uma breve revisão de literatura como o objetivo de ter bases para uma análise dos conflitos inerentes à questão agrária no Brasil.

No ano de 1822, com a Independência do país, encontramos a seguinte situação: a propriedade das terras se dá por meio de conflitos que envolviam grupos de proprietários que financiavam armados, visando delimitar as fronteiras das áreas nas quais estendiam os seus domínios. E vale destacar que tais acontecimentos já estavam rodeados de conflitos que envolviam atos de violências contra índios, negros e brancos pobres, além de disputas entre as classes dominantes agrárias. Só mais tarde em 1850 o Império tentou organizar essas questões no campo através da criação da Lei das Terras. O que garantia apenas aos grandes proprietários a posse de ainda mais terras, pois os dispositivos dessa legislação exigiam o poder monetário para o pagamento dessas glebas.

A existência da Lei garantia, por exemplo, que os lavradores pobres teriam suas condições de acesso à terra ainda mais limitadas, como demonstram os casos descritos com base nos processos-crime. Do mesmo modo, as falhas e as artimanhas postas em prática na sua execução garantiriam que os membros da elite econômica não teriam seus interesses profundamente afetados. Isso fica claro na circunstância de que eram os “proprietários” que deveriam buscar a legalização da sua situação, e a tarefa era cumprida administrativamente por um Juiz Comissário nomeado pelo presidente da província, ambos mantendo relações próximas, para não dizer promíscuas, com as elites regionais das comarcas onde atuavam. (SILVA, 2015 , p.102,)

Marcio Antônio Both da Silva⁴, fala nesse trecho de seu artigo *Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar*, de 2015, da condição em que os lavradores pobres. Encontrando ainda mais dificuldades e limitações para o acesso às terras, no entanto, existiam brechas que beneficiavam cada vez mais aqueles que compunham as elites.

⁴ SILVA, Marcio Antonio Both da. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduado em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história agrária, ensino de história, campesinato e Estado.

Dentro dessa perspectiva existe todo um processo de mudança, mas, é claro, temos que deixar evidenciada essa mudança entre as formas de domínios das terras de um sistema sesmarial para um no qual a terra seria objeto que pertenceria a quem tivesse condições para desempenhar atividades com fins lucrativos. Costa (1999) nos mostra como se deu essa transição:

O conflito entre esses dois diferentes pontos de vista reflete a transição, iniciada no século XVI, mas concluída apenas no século XX, de um período no qual a terra era concebida como domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público; de um período no qual a terra era doada principalmente como recompensa por serviços prestados à Coroa, para um período no qual a terra é acessível apenas àqueles que podem explorá-la lucrativamente; de um período no qual a terra era vista como uma doação em si mesma, para um período no qual ela representa uma mercadoria; de um período no qual a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico. (COSTA, 1999, p. 171)

Novamente percebemos com esse trecho de *Da monarquia à república: momentos decisivos*, que Emília Viotti (1999), evidencia o domínio a terra estando sujeitado a condições que sempre levam àqueles que possuem maior poder aquisitivo a ter o direito à posse de propriedades. Mais a frente neste mesmo texto ela fala da expulsão de indivíduos que estavam de posse dessas terras, daqueles que formavam a aristocracia agrária, de modo que “à medida que avançava a grande propriedade, os antigos moradores, os quais viviam de suas magras roças, ou eram expulsos das terras que ocupavam ou eram incorporados como agregados às fazendas” (p. 278).

Mais tarde, mesmo durante a República, no ano de 1889, pouco tempo após o fim do sistema escravocrata, houve mudanças que não melhoraram em nada essas questões da distribuição de terras. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os *coronéis do interior*⁵.

Cabe a nós olharmos para estes aspectos de uma forma mais crítica, tendo em vista que a Lei de Terras vinha como uma possibilidade de organização agrária, mas na verdade

⁵ O *coronel* descrito pela historiografia brasileira é alguém de reconhecida influência política local ou regional, representante das oligarquias agrícola-mercantis, detentor de poder político decisório e do latifúndio monocultor. (TONON, p. 266, 2011)

fez com fossem omitidos direitos sociais e a própria reforma para as populações do campo, através da detenção de poder nas mãos dos membros da aristocracia.

Em meados da década de 60 surgem as Ligas Camponesas, a quem devemos grande parte das lutas populares desde a época da ditadura militar em 1964, período em que é criado também o Estatuto da Terra⁶ (**Lei nº 4.504, de 1964**). Em relação a estas, devemos ter em mente que as primeiras ligas surgiram ainda nas décadas de 1940 e 1950, tal como destaca Márcia Motta & Carlos Leandro Esteves em *Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida*:

Clodomir de Moraes, ele próprio um dos organizadores das Ligas Camponesas em Pernambuco na década de 1950, em trabalho de 1969, chama a atenção para esse aspecto ao dar destaque à figura de José dos Prazeres. Militante comunista entre as décadas de 1920 e 1940, Prazeres foi um dos principais articuladores em Pernambuco no trabalho dirigido pelo PCB na criação de suas Ligas, posição que continuaria exercendo mesmo não estando mais nas fileiras do partido. Dessa forma, é que se destaca na mobilização para a criação da Liga Camponesa de Iputinga, em meados da década de 1940. (MOTTA & ESTEVES, 2006, p.4)

Nesse ponto Motta & Esteves (2006), destacam lutas já existentes desde a década de 1940 a partir de lideranças como José dos Prazeres⁷, liderança comunista da época. No tema de luta pelo direito à terra que é núcleo das discussões desse trabalho devemos destacar que as Ligas são responsáveis para o incentivo às lutas existentes, principalmente, no contexto dos acontecimentos durante o processo de reforma agrária:

Apesar do foco de luta das Ligas” estar centrado na posse da terra, ameaçada pelo interesse dos proprietários em retomar o plantio de cana-de-açúcar nas áreas cedidas a arrendatários e foreiros. estas entidades promoveram a “agitação” política do campo ao pregar ideias díspares com os preceitos inculcados pelos senhores da cana-de-açúcar em séculos de dominação. (ALBUQUERQUE, 2004, p.29)

⁶ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que pretendia organizar a propriedade privada no Brasil. A principal finalidade da lei era impedir que imigrantes se tornassem proprietários de terras, gerando concorrência aos latifúndios. Ficava permitido adquirir terras apenas por compra, venda ou doação do próprio estado. Essa lei favoreceu a má estrutura fundiária e privilegiou antigos fazendeiros.

⁷ José dos Prazeres foi dirigente da antiga Liga de Iputinga, nos arredores de Recife-PE.

A verdade é que os processos de luta por terras são vastos e devem ser analisados com base em vários ângulos, que na nossa pesquisa privilegiaram aspectos como o *trabalho, formas de produção, relações sociais, exploração e resistência*.

A luta pelo direito a terra é um tema que permeia desde antes do século XIX e vem até a contemporaneidade. A questão agrária, tal como coloca SILVA (2002), tem sido uma questão muito debatida em todo o Brasil nas últimas décadas:

O tema reforma agrária tem sido recorrente na história econômica e política brasileira, permeando todo o século 20 e aguçando o debate sobre a questão agrária, a partir das décadas de 80 do século passado.(p.01)

É claro que precisamos ter cuidado quando nos referimos aos termos questão agrária e reforma agrária, já que um difere do outro. Enquanto o primeiro trata de todas as relações e condições existentes no espaço agrário e trata de lutas pré-existentes desde muito antes, a segunda traz o propósito da reformulação da condição da posse da terra em torno das necessidades dos indivíduos envolvidos, através de um embasamento político agregado a condicionais do Estado no que representa a Legislação.

Além disso, especificamente com relação ao campo brasileiro nesse período, vemos a necessidade de abordagens que levem em consideração a noção de ‘questão agrária’ e não apenas relacionadas ao estrito de ‘reforma agrária’. Isso porque, como afirma Mendonça, quando determinadas análises ‘confundem’ os significantes das duas noções, existe uma clara intenção, que é a de desqualificar a ‘questão agrária’, requalificando a ‘reforma agrária’ (...) Dentro dessa perspectiva, um estudo da questão agrária no Brasil deve identificar que interesses de classe estão presentes nos diversos projetos de reforma agrária, considerando esta última a partir da percepção de Mendonça.(...) A ‘questão agrária’, tão antiga quanto vasta, incide diretamente sobre a longa história das lutas sociais no país. A ‘reforma agrária’, ao contrário, remete a designativo mais recente, datado de meados da década de 1950, e a um discurso estatizado. A questão agrária sempre existiu, com ou sem projetos de reforma agrária, acontecendo independentemente desta última. (NATIVIDADE, 2013, p.15)

Natividade (2013), através de Mendonça (2008), fala dessas dualidades e como elas diferem e uma, normalmente se confunde com a outra, e é para estes olhares que devemos ficar atentos.

Estes acontecimentos que montam o cenário da questão agrária no Brasil fazem com que percebamos que os mecanismos são variados e nos desperta um olhar para onde eles estão pesando mais. De um lado aqueles que sempre foram, de uma forma ou de outra, beneficiados, do outro, os que lutaram e ainda lutam por direitos sucumbidos desde a colonização.

Dentro dessa conjuntura, vários fatores devem ser analisados, dentre alguns agentes que sempre estiveram dentro dos processos de luta: os movimentos sociais.

2. Os movimentos sociais como agentes essenciais no fortalecimento da organização popular

Fatos e momentos montaram o que hoje conhecemos como estrutura agrária moderna na Paraíba. Os processos dessa construção sempre tiveram como base a posse da terra – seja pelos índios antes da colonização ou pelos colonizadores enquanto dominadores –, e o valor empregado a ela, que sempre foi razão de resistência e, conseqüentemente, de luta.

Para tanto, tem-se que ter em mente a condição da Paraíba como uma terra explorada, em diferentes períodos da História, feita pela colonização, pelos próprios silvícolas e culminando nas condições de domínio de terras e formas de trabalho até hoje vistas. Antes explorada através de uma produção para a subsistência comum dentro de uma noção comunitária de sobrevivência pelos índios; agora explorada tendo em vista um sistema capitalista fundamentado no lucro para um determinado fim de caráter individualista. Com efeito, passamos a entender que essas formas de exploração sofreram mudanças. E que tais mudanças evoluem com base nos aspectos dentro da noção do próprio espaço agrário. Logo, o ser explorado também é refém dessas variações ao longo do tempo:

Ao se afirmar que o espaço agrário tem sido historicamente, do ponto de vista do trabalhador, um espaço de exploração, não se nega que as condições de vida no campo não tenham experimentado mutações. Com efeito, as formas de exploração têm sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura. O escravo, o morador, o bóia-fria, são expressões diversas dessa exploração, correspondentes a diferentes momentos do processo de acumulação do capital na agricultura. (MOREIRA, 1997, p. 19)

Alguns desses aspectos de exploração nos mostram que, embora existam aspectos de evolução e a implantação de mecanismos que moldam todas as perspectivas de produção, o fim de um sistema, as relações de trabalho, a lógica de explorador e do explorado são, praticamente, as mesmas. Não dentro de suas próprias condicionalidades, mas durante os tempos, ou seja, essas relações diferem entre si, mas garantiram a permanência de suas principais características durante os tempos. De forma, que percebemos durante os tempos que essas mudanças obedecem a uma sequência que culminam sempre em algo que se assemelha ao que o originou. No fim percebemos que os motivos que movimentam os trabalhadores do século XXI, tais como reivindicações por melhores condições de trabalho ou por melhores remunerações, são semelhantes às grandes revoluções ocorridas um ou mais séculos atrás. Isto é, apesar da evolução das lutas e dos processos revolucionários o sistema continua a se assemelhar ao de antes.

No entanto temos que ter um olhar mais intenso para esses tipos de organizações políticas de trabalhadores no campo tendo em vista a importância das mesmas no processo de luta política. Essas lutas se dão, segundo MOREIRA & TARGINO (1996), em resistência aos processos de exclusão das massas trabalhadoras, das áreas rurais em evolução:

Face ao caráter excludente do processo de modernização da agricultura, tem-se observado, nas últimas décadas, uma organização crescente dos trabalhadores rurais como forma de resistência à sua exclusão do processo de geração e/ou apropriação da riqueza gerada no campo. A organização dos trabalhadores rurais tem ocorrido em algumas frentes de luta [...] (MOREIRA & TARGINO, 1996, p.161).

Para tanto, durante o final da segunda metade do século XX os movimentos desses agricultores tem conseguido nas organizações, tais como os sindicatos dos trabalhadores, o apoio necessário para o enfrentamento e para a luta por causa como exploração do trabalho e por melhores condições de trabalho e de vida. E não apenas desses sindicatos, mas também de ONG's que apoiaram e motivaram essas lutas.

Esses movimentos sociais são considerados de extrema importância para conquistas como a criação de áreas de assentamentos para moradores de massas falidas, tais como a Usina Santa Maria em 1991, no município de Areia-PB, já que estes garantiram a assistência política que esses trabalhadores precisavam para a organização tomar corpo,

seja através de diálogos ou até do elo feito com outras instituições. De tal forma que podemos citar como agentes externos deste processo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, O SEDUP – Serviço de Educação Popular e a Igreja, estes que se envolveram e possibilitaram aos trabalhadores novas projeções quanto aos seus direitos. No entanto, quando se refere à história de luta pelas terras que hoje compõe o Assentamento Redenção, estão nos próprios moradores e nessas instituições, o motivo desses acontecimentos terem sucesso. A divisão dos mais de 4.000 hectares de terras da Usina deu à várias famílias o direito da moradia e da produção nas terras antes privadas. Em comunidades rurais como o Assentamento Redenção são mais de 90 famílias beneficiadas produzindo. Por estas terras já passaram mais de 200 beneficiários diretos com registros junto ao INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ⁸, destes 121 são homens e 99 são mulheres, responsáveis pela produção de banana, roça e cana-de-açúcar.

Sendo assim, as lutas desses trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria necessitam de uma atenção maior, tendo em vista as conquistas realizadas desde a mudança de exploração do espaço rural e o modo de vida dessas pessoas.

3. **Da Usina Santa Maria ao Assentamento Redenção**

“Quando a Usina parou a situação ficou pior, quando a gente trabalhava tava melhor. Enquanto as organizações estavam dizendo que ia melhorar a gente tava sentindo na pele sem ter um tostão pra comprar um leite pra seu filho, não ter onde morar. Mas sabíamos que ia mudar.” (Jorge Souza, ex-trabalhador da Usina Santa Maria e atual assentado e Redenção, 2017)

A cultura do algodão foi a primeira que se destacou no brejo paraibano. Seu início se deu no final do século XVIII e chega à 1817 como “o sustentáculo da economia brejeira” (MOREIRA & TARGINO, 1996). Mas o seu fim na década de sessenta já no século XIX, deu espaço a produção de cana-de-açúcar, através da união de vários aspectos, tais como o do bom clima e terra para a produção e também graças ao capital inicial acumulado pelos produtores através da produção anterior de algodão. Principalmente no

⁸ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **Incra**, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

brejo da Paraíba vários desses aspectos eram existentes já que a procura das terras onde os engenhos seriam instalados se davam pelo fato da existência de fluxos fluviais. O Engenho Cantinhos e Engenho Mercês, por exemplo foram criados, através da existência de dois rios, que cortam a região e beneficiavam a produção, tal como nos narrou Jorge Souza, antigo trabalhador do Engenho Cantinhos e da Usina Santa Maria:

Lembro que meus pais e os mais velhos contavam que a criação desses engenhos eram poucas, já que os donos lutavam pra conseguir um lugarzinho que pudessem fazer os engenho. Aqui mesmo em Cantinhos, onde ficavam o engenho era 'arrudiado' de açudes lá perto de Seu Bigode que era pra mover a moenda.(Entrevista concedida ao autor, 2017)

Percebe-se com a inserção da produção da cana-de-açúcar um avanço nos modelos de produção existentes e em especial analisou-se em ascensão, nesse período, o avanço na organização de trabalho, através da implantação de ferramentas modernas, tais como moendas de ferro. Alguns engenhos, antes movidos a tração animal nesse momento passaram a ser movidos a vapor; depois para o a diesel; e, posteriormente, para o motor elétrico. Também são registrados outros avanços que se deram através dos tempos, entendidas como formas de modernização desses insumos agroindustriais.

Com a criação das usinas de açúcar, apoiada pelo poder público, garantiram a maior organização ainda da produção e do trabalho, através da criação do Proálcool em 1975, o que daria a esses produtores um conforto necessário para o aumento da produção.

A produção de cana-de-açúcar no Estado da Paraíba teve um impulso significativo com o Proálcool, na década de 1970. Este programa redefiniu a região canavieira do Estado da Paraíba, seja pela incorporação de novos municípios, seja pela expansão da fronteira canavieira nos municípios tradicionalmente produtores de cana. No início do Proálcool, em 1975, a produção da cana estava restrita a 15 municípios e se expandiu para 38 na década de 1980 (MOREIRA e TARGINO, 1997). A expansão da cana também se verifica com a ampliação do setor industrial. Até a implantação do Proálcool, a Paraíba contava com sete usinas de açúcar, algumas dezenas de engenhos e três destilarias de álcool. De 1975 a 1985, dez novas destilarias foram implantadas e as preexistentes foram ampliadas (MOREIRA e TARGINO, 1996, p. 162).

Em 1975, foi criado o Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL⁹, que vinha para dar suporte aos produtores pelos contratemplos enfrentados durante a crise açucareira. Foi nessa oportunidade que empresas como a Usina Santa Maria, produtora desde a década de 1930, puderam ter maior ascensão, fato dado através de tais incentivos para a produção. Investimentos como estes deram início a um grande processo de expansão da produção da cana-de-açúcar fazendo com que mais de 90% da superfície cultivada no Estado da Paraíba a partir da década de 70. De tal forma que “a Usina Santa Maria começou a moer em 1932, e só muito mais tarde, em 1978, foi criada a destilaria anexa de álcool, com recursos do Proálcool. A sua capacidade era de 6,3 milhões de litros de álcool”¹⁰.

Como as terras da Usina já se encontravam totalmente ocupadas por canaviais, a instalação da destilaria anexa criou uma nova demanda por cana-de-açúcar, que levou o proprietário a arrendar vários engenhos da região, incorporando novas terras para o suprimento de matéria-prima para o complexo Usina/Destilaria. Para tanto, valeu-se de generosos incentivos fiscais e créditos subsidiados. Assim, vários engenhos antigos foram arrendados a partir de 1975 e outros deixaram totalmente de funcionar, tendo os proprietários se transformado em simples fornecedores de cana para a usina. Na safra de 1974/75, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que entregavam cerca de 39 milhões de toneladas; já no ano seguinte, com o início do Proálcool, o número de fornecedores aumentou para 309 e o total de cana por eles entregue era de 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra de 1980/85 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida atingiu 277 milhões de toneladas, com um crescimento de 610% em relação a 1974/75 (ARAGÃO e PAKMAN, 1991; ARAGÃO, 1993; SILVA, 2002, IN: MALAGODI, MOREIRA & MENEZES, 2013, p.336)

A Usina Santa Maria tinha como principal produção a rapadura e a aguardente e contava com mais de 3.000 (três mil) trabalhadores, que viviam em *sistema de moradia*¹¹

⁹ Nesse sentido, em 1975, foi criado o **PROÁLCOOL**, sendo oferecidos vários incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana-de-açúcar e para as indústrias automobilísticas que desenvolvessem carros movidos a álcool.

¹⁰ In: MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013.

¹¹ O sistema de moradia consistia em um acordo feito entre o trabalhador e o proprietário das terras. Ele garantia a morada até enquanto fossem levadas em conta suas exigências, isto é, caso houvesse alguma afronta às suas ordens a família correria o risco de ser mandada embora da casa e das terras.

nas terras de propriedade e garantiam uma produção em grande escala tornando-se importante na importação de produtos provenientes do cultivo da cana-de-açúcar, isso até pouco mais da década de 1980.

Muito precisa ser levado em conta para entendermos a importância desse trabalho. Aspectos como as relações de trabalho no processo de sobrevivência fazem que percebamos a importância dos acontecimentos que garantem a desapropriação da terra fruto da resistência desses trabalhadores.

3.1. Os processos de sobrevivência: as relações de trabalho durante a Usina Santa Maria

As relações de trabalho existentes no cenário das terras da Usina Santa Maria são fatores importantes para o entendimento de todo o processo de convivência e luta pelo direito à terra. Duas realidades são existentes: uma dos moradores da Usina em condição de assalariados da cana e dependentes de uma relação quase escravocrata, antes da falência; e outra desses mesmos trabalhadores, agora desempregados e sem perspectivas de recebimento de suas contas e de obter um modo seguro de subsistência depois da queda da Usina.

As casas em sua maioria eram feitas de barro e madeira, mais conhecidas como “casas de taipa”¹². Cobertas com palha de coqueiros, às vezes eram divididas em apenas dois cômodos, um deles um quarto, a única garantia de privacidade.

O principal modo de vida desses trabalhadores enquanto assalariados era submetido a um sistema de moradia dentro das terras de propriedade da Usina. Sua permanência era garantida a partir de um acordo direto entre o trabalhador e proprietário das terras.

Enquanto havia o trabalho nas terras em prol da produção por parte desses moradores, o senhor de engenho mantinha a família na casa e em suas terras. Esse tipo de acordo era feito de forma informal e muitas vezes nem havia um diálogo direto entre os moradores e o proprietário, era subentendido desde o momento que passavam a viver

¹² O termo taipa, genericamente empregado, significa a utilização de solo, argila ou terra como matéria-prima básica de construção. A origem, provavelmente árabe do vocábulo, entrou para a língua portuguesa por influência mourisca. (PISANI, p.09, 2004)

nessas terras. Tal como fala o senhor José Gomes da Silva, trabalhador e atual assentado do Assentamento Redenção:

Se não trabalhasse na fazenda era mandado embora. Seu Moisés morador daqui de Cantinhos, que gostava dessas coisas de sindicatos, foi mandado embora e foi morar em Areia com seus filhos. A minha mãe e toda minha família foi mandada embora por Seu Silva, o dono; nós passamos a morar em Gogó, que era outro engenho. (Entrevista concedida ao autor, 2016)

O assentado José Gomes da Silva falou também que todos os moradores eram fiscalizados pelo administrador, apontador ou feitor, braços direito do dono de engenho. Estes costumavam vistoriar os trabalhadores e suas famílias e funcionavam como informantes diretos do proprietário.

As funções eram diversas, além dessas três já mencionadas, e garantiam o envolvimento de toda a família, tais como o *cambiteiro*, enchedor de carro, motorista, o medidor de tarefas, cavador de regos e limpador de mato.

Outras funções eram executadas por mulheres e crianças, tais como semear sementes de cana, limpar mato, adubavam e tomavam conta dos equinos. Dessa forma, toda a família se envolvia diretamente na produção.

Os trabalhadores recebiam semanalmente, uma família formada com 05 membros juntava ao final da semana um valor de G\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros). O medidor de tarefas tinha o papel de vistoriar esse serviço. 01(uma) tarefa valia G\$ 5,00 (cinco cruzeiros), isso por volta de 1984. Um trabalhador normal fazia de 12 a 15 tarefas semanais e ganhava um valor de até G\$ 75,00 (setenta e cinco cruzeiros). Em uma família, às vezes chegava até 10 filhos e parentes trabalhando diretamente na produção.

A maior parte desse dinheiro era direcionada para alimentação, planejada para durar uma semana, o que muitas vezes não acontecia. Quando a comida faltava às famílias tinham que se submeter às *bodegas*¹³ para comprar fiado e acabavam se endividando. A assentada e ex-moradora do Engenho Cantinhos, Dona Nina, fala sobre esse tema:

¹³ As bodegas eram vendas que, por muitas vezes eram pertencentes ao próprio dono de engenho. Nela eram vendidos mantimentos para a subsistência das famílias.

Mamãe me mandou várias vezes para comprar o gás¹⁴ e açúcar. Eu e meu irmão íamos e trazíamos. Muitas vezes acontecia do dono da buodega dizer que a conta já estava alta demais. Era uma vida muito complicada. (Entrevista concedida ao autor, 2017)

Por muitos anos a forma de pagamento passou ser por meio de um vale, que garantia aos moradores apenas a compra de alimentos. Esses vales eram trocados por comida nesses estabelecimentos (as bodegas), os quais por grande tempo tinha como proprietário o próprio dono do engenho. Isso garantia a ele que o dinheiro ficasse de sua posse. Como existia a necessidade da compra de alimento muito além do valor estabelecido para o vale, às famílias não recebiam o salário e dinheiro, sendo que este era abatido dentro de sua própria dívida, fazendo com que as outras necessidades essenciais não fossem garantidas.

As relações diretas entre o proprietário e os trabalhadores não eram muito comuns, só quando havia alguma reclamação, o que a maioria temia:

O que ele mandava você obedecia, era uma situação que se dava bem, mas se cumprisse aqueles requisitos que ele dissesse. Por exemplo, aqui em Cantinhos mesmo a relação era aquela se você fizesse a vontade do dono. (Jorge Souza, 2017)

Esse “respeito”, mais fundamentado no medo é tratado como uma noção de fazer o que lhes era dever, forma pela qual lhes garantia a permanência nas terras e o direito ao trabalho e por fim a sobrevivência dele e da família.

Meio a estes aspectos e sobrevivência e relações de trabalho na Usina Santa Maria, devemos estar atentos aos acontecimentos que montam o início da luta e a resistência que levou a desapropriação das terras que hoje pertencem ao Assentamento Redenção.

4. A resistência: a luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria

Nós estávamos nos libertando. E o grande problema que a gente pensava era assim: cada vez que entrava um capataz na propriedade nós pensávamos o que aconteceria com a

¹⁴ O gás era o combustível das lamparinas, estas que eram as únicas formas de iluminação.

minha família, não pensava nem em mim, por que eu sabia me defender, mas pensava na minha família. Eu dizia: Meu Deus, será que eu tenho o prazer de segunda eu me ver em casa. Depois é que eu fui caindo na real que eu tinha esse direito de me ver em casa. Por que quando chegava a segunda você olhava pra estrada pra ver se alguém vinha pra você se esconder. Dizia, Será que um dia eu tenho o prazer de trabalhar pra mim? Não acreditava. (Jorge Souza, assentado do Assentamento Redenção)

Só na década de 1990 as Usinas da região do brejo sentem o peso da queda da produção em decorrência das grandes mudanças climáticas que desaceleraram o cultivo, além de um quadro político guiado por mudanças severas que trouxeram à economia brasileira um grande impacto. Desde o Plano Collor, guiado pelo aperto econômico e o início das privatizações, que levou a um desequilíbrio fiscal total; e permeiam até meados de 1993, mesmo com a criação de programas de incentivo no governo FHC:

Ao longo de 1990, o PIB caiu 4,3% (...) melhorou um pouco em 1991 (cresceu 1%) para novamente cair em 1992 (-0,5). Nos três anos, o PIB *per capita* caiu 8,36%. A produção industrial caiu 13,3%. Sua participação no PIB baixou de 46,3% em 1989 para 38,7% em 1992, depois de haver chegado ao seu menor nível em 1991 (36,16%). A taxa de investimento (FBCF/PIB), que fora de 16,68% em 1989, baixou sistematicamente, ano a ano, até chegar ao seu nível mínimo, de 13,98%, em 1992. Em consequência, a taxa de desemprego, que vinha caindo desde meados dos anos 1980 (com exceção de 1988), voltou a subir. A inflação – que, segundo Collor, era um tigre que mataria de um tiro só – cedeu num primeiro momento, mas seguiu em patamares elevados e logo depois voltou a recrudescer. (SOUZA, 2008, p.207-208, *apud*: VERSORE, 2013).

Percebemos que os efeitos dessa política de recessão estão estritamente atrelados aos índices de mau desempenho das grandes indústrias brasileiras. Na Usina Santa Maria de Areia-PB, estes efeitos aparecem no montante da produção que apresenta queda a partir do início dos anos 1990:

A área colhida de 178 mil hectares em 1986 foi declinando sistematicamente até atingir 92 mil hectares em 1993. A quantidade produzida declinou de 10,7 milhões de toneladas em 1986 para 7,9 milhões de toneladas em 1992 e, em virtude da seca, para 1,8 milhão em 1993 (v. quadro III). O rendimento médio por hectare de 60,1 mil kg/ha em 1986, caiu para 51,9 mil kg/ha em 1992 e alcançou 19,8 mil kg/ha em 1993. A área plantada também foi reduzida. (MOREIRA & TARGINO, 1996, p.67)

Em MOREIRA & TARGINO (1996), percebemos como esse declínio se deu de uma forma impactante e assustadora. Nesse trecho, percebemos a queda na produção da Usina que já apresentava um caminho quase certo que levaria a sua falência, tendo em vista que quando a produção diminuía os pagamentos aos trabalhadores também reduzia.

De 1991 a 1992 a Santa Maria declara falência por não conseguir administrar dívidas de créditos retirados juntos ao Banco do Brasil, que ultrapassavam mais de 24 milhões de reais; e aos trabalhadores eram contabilizadas em mais de 5 milhões de dólares. De forma que as 12 propriedades de posse da Usina não somavam o valor dessa dívida.

Com a sua falência a empresa AGROENGE (Agropecuária e Engenharia S/A), através de processos jurídicos houve a suspensão da falência e a Usina produziu até meados de 1993 e voltou a falir, deixando quase 4 mil trabalhadores, já inseridos em um sistema de assalariados, agora desempregados e buscando se manter nas terras como uma garantia do pagamento de seus salários. Era dado aí um processo doloroso e angustiante de resistência.

A reserva de cana plantada para a colheita daquele período deixada na propriedade foi dada pela justiça aos engenhos, fazendo com que os moradores permanecessem no corte da cana para a produção em pequena escala dessas propriedades, coisa que não demorou muito tempo e as famílias tinham que buscar outras maneiras de sobrevivência. Estes trabalhadores já não viam a segurança em garantir o sustento e procuravam outras saídas que por vezes era abandonar as terras e tentar algo em outras cidades e em outros estados:

Sem esperança de conseguir outras oportunidades de trabalho na região, muitos já haviam migrado para o Centro-Sul ou para as grandes cidades do Nordeste. A promotora pública de Areia estava tentando localizar os 3 mil trabalhadores que têm direito à indenização devido à falência da usina Santa Maria em 1993. Ela revelou que recebera comunicação da polícia informando que vários dos trabalhadores despedidos estavam presos por assalto na cidade de São Paulo ou tinham sido mortos de forma violenta. (MOREIRA & TARGINO, 1996, p.15)

De tal forma que percebemos que existe uma grande necessidade de entendermos que nesse trabalho temos duas fases vivenciadas pelos trabalhadores da antiga Usina Santa Maria do município de Areia-PB. A primeira diz respeito a todo o período de exploração

da mão-de-obra barata na produção canavieira; todas as relações existentes entre o indivíduo explorado, enquanto morador e trabalhador assalariado, e o proprietário do engenho, que finda com a condição de desemprego e falta de uma fonte de renda fixa para subsistência, além da incerteza da posse da terra. A segunda, fala da luta e da resistência das famílias já em condições de vida precária e com necessidade da garantia de um pedaço de chão para a sobrevivência desses indivíduos; luta que se deu de forma árdua e com conflitos diretos em indiretos com os seus opressores.

Já sabemos da crise enfrentada na década de 1990 pelos produtores da indústria canavieira na Paraíba, em especial e com fonte desse trabalho, a Usina Santa Maria. Sua falência também já mencionada em capítulos anteriores deixou várias famílias em condições de desemprego e sem nenhuma alternativa de subsistência. As alternativas eram poucas. Uns buscavam chances nos engenhos que ainda restavam com sua pouca produção de derivados da cana-de-açúcar. Para outros as chances estavam em regiões do Sul do país, onde nem sempre conseguiam êxito:

(...) Nem uma palavra sobre as Usinas fechadas de Santa Helena em Sapé e de Santa Maria em Areia, por onde havíamos acabado de passar. Eram milhares de pessoas sem emprego e que não tinham sido sequer indenizadas pelos seus direitos trabalhistas mais elementares. (MOREIRA, 1996, p.13)

As famílias se viam nessas condições desoladoras e buscavam alternativas. E de fato, a desapropriação das terras da Usina e que daria a essas pessoas o conforto necessário para a produção e subsistência. Depois de 1991, já com a falência da Usina entendida como uma realidade surge, aos poucos, novas alternativas de sobrevivência das famílias. A Santa Maria deixou para trás dívidas em função do não pagamento das indenizações das famílias que trabalhavam na produção. Alguns desses moradores conseguiram seus direitos, mas a maioria ainda esperava pelo pagamento de suas contas.

A resistência se inicia no momento em que esses trabalhadores se recusam a sair das terras, terras estas entendidas como a garantia do pagamento da dívida que a Usina tinha com eles:

Em 1991 a Usina parou de funcionar. Nesse momento, os trabalhadores sentiram que não tinham mais condições da usina funcionar. Os trabalhadores se juntaram, juntamente

com a Diocese de Guarabira, com o SEDUP¹⁵, a paróquia de Pilões e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Fizemos uma reunião e foi decidido fazer um Comitê de Apoio para conhecer a situação dos trabalhadores. Depois decidimos lutar por isso (...). (IN: SILVA, 2002, p. 33)

Essa fala, do Presidente da Associação do P.A. Redenção no ano de 2001, mostra o início dessa resistência, tendo como base o direito de permanecer na terra. Junto a ele existiam outros moradores que iniciam esse processo, tal processo não tinha apenas a posse das terras como objetivo, mas inicialmente a luta estava em convencer os demais moradores para o caminho na garantia de seus direitos. Muitos sentiam medo do enfretamento e achavam melhor esperar para ver a consequência dos fatos. No entanto, foi feita uma Comissão de onde se dava o início da organização popular. É o que falou Jorge Souza quando se refere aos percursos dessa luta:

Foram com Roberto falar com Dona Mariana que se concordaram e foram no dia 20 de Janeiro que é dia de São Sebastião, de 94, mais ou menos, foi quando fomos a uma reunião no sindicato. Por que qual era a estratégia, tava em puxar aquelas pessoas que não queria ir pois senão eram só nós. (Entrevista concedida ao autor, 2017)

Nesta fala, o morador do Assentamento e antigo trabalhador da Usina Santa Maria, comenta o início da luta através da parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões. Parcerias como estas foram fundamentais para a fundamentação de todo o processo.

A verdade é que muito foi construído e que esses trabalhadores merecem a atenção da historiografia quando falamos dos processos de organização popular e na luta propriamente dita encarada como uma chance de redenção através da resistência.

5. Considerações finais

Meu fio: tem três coisa que dinheiro não paga nunca aqui: **a minha casa**, que agora é só minha e ninguém bota os pés nela como se fosse dono; **o pedacinho de chão** prá nós planta o que quiser e Deus mandar; e **poder caminhar nessas ladeira** sem ter patrão para reclamar e pistoleiro prá

¹⁵ O SEDUP – *Serviço de Educação Popular*, é uma organização não-governamental, criada em 1981, com o objetivo de promover a educação popular, como processo de formação, em suas diferentes dimensões, através de ações de cunho educativo, formativo e organizativo junto aos movimentos populares, sindicais e pastorais do brejo.

humilhar a gente. Agora eu bato nos peito e digo: nós só não somos mais gente hoje por que o governo num deixa! (Dona Nevinha, Assentada no PA Redenção. IN: BRANDÃO, 2002, p.79).

Ao longo do presente trabalho, apresentaram-se os processos de luta envolvendo a organização popular durante a conquista e como os antigos moradores e trabalhadores assalariados da Usina Santa Maria do município de Areia-PB viveram e participaram de toda essa construção fundamentada na luta, resistência, sobrevivência e conquista da terra, além dos agentes internos e externos nesses acontecimentos.

Assim, após fazer uma análise nos processos que envolvem as questões agrárias percebemos como eles aconteceram durante os tempos e como vem até a contemporaneidade ao constatar-se que desde a colonização, passando pela modernidade e chegando a atualidade tais processos estão atrelados a interesses de variados povos e classes.

Partindo dessa perspectiva, analisaram-se os processos de valorização da terra e as relações e condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais, em especial os moradores da Usina Santa Maria do município de Areia-PB, no que diz respeito aos seus modos de vida enquanto assalariados e a resistência fundamentada na seguridade de sua liberdade e de seus direitos trabalhistas.

Valendo-se dessas perspectivas para a nossa análise, afirmou-se que a importância da função social inicia quando estes trabalhadores se sentem incumbidos de uma razão comum de resistência e identidade social, fato existente através do incentivo de agentes externos que fizeram dessa iniciativa uma forma legal de detenção dos direitos desses trabalhadores. Nessa face analisamos como os movimentos sociais foram importantes em todo o processo de construção e de luta para a desapropriação das terras da Usina Santa Maria que compõem hoje o Assentamento Redenção do município de Pilões-PB.

Destacou-se a existência de uma organização popular que garante todo um olhar diferente, tendo em vista que fatos como os que aconteceram com o envolvimento desses trabalhadores são dignos de análise, partindo de pressuposto de que eles iniciam de uma ação conjunta, composta por indivíduos menosprezados dentro de um sistema opressor, junto a movimentos que estão à frente da história da luta social na Paraíba.

De tal forma, sustentou-se – e esse o ponto nodal deste artigo – a importância da organização popular dos trabalhadores da Usina Santa Maria para a historiografia local e para a base da identidade social desses moradores e das gerações sucessoras. Tal como fala

Berlatto (2009) p. 142, dizendo que “desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social”, isto nos faz perceber que dentro do contexto da luta aqui estudada a identidade social figura na medida em que esses trabalhadores se sentem coletivamente no dever de buscar o que entendem como o melhor dentro de uma razão social comum.

Por fim, o maior demonstrativo dessa pesquisa são os frutos da luta existentes dentro da realidade de vida e nos modos de sobrevivência adquiridos hoje por estes indivíduos, em oposição a como eram antes. A resistência é tida por eles como válida e como uma das únicas razões para a garantia do direito a sonhada liberdade, a Redenção.

ABSTRACT

In this article, I propose a reflection on the processes of popular organization in the Redenção Settlement of the city of Pilões-PB, as a collective reaction of the workers to the existing labor relations and how this interfered in the survival processes of these residents. This material is the result of a bibliographical survey of some authors / researchers that bring a great analysis of the agrarian reform processes in Paraíba and especially in the Brejo region. Added to these surveys are the oral reports of the inhabitants of the settlement area itself, who have had great experiences as wage earners of the former Santa Maria Plant. In this way, a thematic sequence of four sections was formed, which will deal with the struggle and will serve to understand its importance in this process, thus: The first section, whose title is: The agrarian question: important facts in Brazilian historiography; The second section: Social movements as essential agents in strengthening popular organization; The third section: From the Santa Maria Plant to the Redemption Settlement and the fourth section: Resistance: the struggle for the expropriation of the Usina Santa Maria lands. It is of great importance that there be an understanding of these experiences of survival, resistance and struggle in the Settlement Redemption, which carries various peculiarities that give it even more appreciation. Among them, we can point out that these situations were generated by the workers themselves and by the social movements, within their concerns for the guarantee of land, which is an essential motivating factor for the entire process of resistance. Therefore, understanding these processes will make us realize. That in the Settlement Redemption is kept a history of struggle that differs from many others, because it is an organization of the residents for the residents.

Keywords: land rights; residents; survival; Popular organization; resistance; fight; Social identity; Conquest.

FONTES

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de. **A Crise Sucro-acooleiro e suas consequências para a reforma agrária para a Zona da Mata de Pernambuco: uma análise a partir da década de 90.** Recife, 2004, 160p.

BERLATTO, Odir. **A construção da identidade social.** Revista do Curso de Direito da FSG, ano 3, n. 5, jan./jun. 2009

CHEQUIN, Bruno Giovani & GRANDI, Guilherme. **O setor sucroalcooleiro brasileiro: origem e desenvolvimento.** 15p.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos/Emília Viotti da Costa.** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MENEZESM Marilda, MALAGODI, Edgard & MOREIRA, Emília R. **Da Usina ao Assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano.** In: Estud. Soc. e Agric. ; Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, 2013: 332-358.

_____. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNHR)** Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-18_pb_0.pdf. p.804-810. Acesso em: 28 de março de 2017.

MOREIRA, Emília, et. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 1996, 280p.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão Vol. II.** João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1997.

MOTTA, Márcia E Esteves, Carlos Leandro. **Ligas Camponesas - história de uma luta (des) conhecida.** 2006, 19p.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964).** Niterói, 2013, 168p.

PISANI, Maria Augusta Justi. **Taipas: A Arquitetura de Terra.** SINERGIA, São Paulo, 2014, p. 09-15.

SILVA, José Valtecio Brandão. **O direito de ficar na terra: omissões do estado e a construção de um novo sujeito coletivo de direitos.** Campan Grande, 2002.

TONON, Eloy. **O poder dos coronéis no movimento do contestado.** In: *Passagens.* Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3, no.2, maioagosto2011, p. 264-281.

VERMORE, Vitor. **Efeitos da desregulamentação econômica da década de 1990 sobre a agroindústria canvieira brasileira.** Florianópolis, 2013, 168p.

FONTES ORAIS

José Gomes da Silva, 55 anos de idade, agricultor, antigo trabalhador da Usina Santa Maria e assentado no Assentamento Redenção do município de Pilões-PB. Entrevista concedida em: 16 de fevereiro de 2017.

Maria Ozete dos Santos Silva, agricultora, antiga trabalhadora da Usina Santa Maria e assentada no Assentamento Redenção do município de Pilões-PB. Entrevista concedida em: em 20 de fevereiro de 2017.

Jorge Souza, agricultor, antigo trabalhador da Usina Santa Maria e assentado no Assentamento Redenção do município de Pilões-PB. Entrevista concedida em: 24 de fevereiro de 2017.